

**CARTA ANUAL DE
POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA
(Ano Base 2018)**

Em conformidade com o art. 8º, inciso I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, e com art.12, inciso I e VIII, do Decreto Estadual 46.188, de 06 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2018.

IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ: 05.940.203/0001-81 - **NIRE** 33 3 0027235 6

Sede: Rio de Janeiro/RJ

Tipo de Estatal: Sociedade de Economia Mista

Acionista Controlador: Estado do Rio de Janeiro

Tipo Societário: Sociedade Anônima

Tipo de Capital: Fechado

Abrangência de Atuação: Estado do Rio de Janeiro

Setor de Atuação: Financeiro

Presidente: Alexandre Rodrigues Pereira

Audidores Independentes atuais da empresa:

MACIEL AUDITORES S/S

Roger Maciel de Oliveira – CRC RS 5.460/O-0 T SP

Luciano Gomes dos Santos – CRC RS 059.628/O-2

E-mail: contato@macielauditores.com.br

Telefone: (55 11) 4007.1219

Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas:

- Tito Bruno Bandeira Ryff (Presidente do Conselho Em Exercício);
- Alberto Messias Mofati;
- Carla Christina Fernandes Pinheiro;
- Maria da Conceição Gomes Lopes Ribeiro; e
- Alexandre Rodrigues Pereira.

Administradores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa:

- Alexandre Rodrigues Pereira;
- Daniel Rodrigues Ribeiro Gladulich;
- Dara de Souza e Silva;
- Gilson da Silva Santos; e
- Valquíria Xavier Delmondes.

1. Composição Acionária

A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. (AgeRio), em 31/12/2018, é constituída por 99,99% de ações de capital votante sob propriedade do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) e 0,01% das ações de capital votante sob propriedade da Companhia Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN).

2. Interesse público subjacente às atividades empresariais

A AgeRio é uma sociedade anônima de economia mista, de capital fechado, integrante da Administração Pública Indireta estadual, vinculada atualmente à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais - SEDEERI, com personalidade jurídica de direito privado, instituída por meio de Decreto Estadual nº 32.376/2002 e pela Lei Estadual nº 3.517/2000, e autonomia administrativa e financeira, reconhecida e ampliada pelo Decreto Estadual nº 36.703/2004.

Como instituição financeira, a AgeRio é autorizada a funcionar pelo Conselho Monetário Nacional, por intermédio do Banco Central do Brasil, órgão regulador das instituições do Sistema Financeiro Nacional.

A AgeRio, na condição de empresa estatal controlada pelo Estado do Rio de Janeiro (ERJ), atua como agente financeiro e de desenvolvimento do Estado, em sintonia com as diretrizes elencadas por este. Seu papel na estrutura do Estado do Rio de Janeiro está expresso na sua missão que é a de “fomentar por meio de soluções financeiras o desenvolvimento do ERJ, com excelência na prestação de serviços”. Para lograr êxito em sua missão, a AgeRio possui uma plataforma alicerçada em quatro pilares de atuação, quais sejam:

1º Pilar – Crédito Pessoas Jurídicas

2º Pilar – Microcrédito Produtivo Orientado

3º Pilar – Crédito Setor Público

4º Pilar – Participações

A AgeRio tem como objeto social a concessão de apoio financeiro aos setores público e privado geradores de emprego, renda ou incremento da atividade produtiva nos setores industrial, turístico, agrícola, inclusive familiar, individual e coletiva, de comércio e de serviços, implantados ou que venham a se implantar no Estado do Rio de Janeiro por meio de financiamento e/ou investimento direto e indireto com utilização de recursos próprios, repasses e captações apropriadas às Agências de Fomento.

Além disso, a AgeRio atua como agente financeiro e administrador de fundos estaduais, sendo responsável pela análise de empreendimentos atraídos pelo governo do ERJ, assim como pela concessão de crédito com recursos públicos, oriundos dos referidos fundos e pelo acompanhamento do cumprimento das obrigações contratuais, tanto financeiras quanto não financeiras (geração de empregos, investimentos em projetos sociais, realização de obras, entre outras), excetuando-se itens de natureza fiscal.

A AgeRio participa, por meio de fundos de investimentos, de organizações que atuam em setores estratégicos da economia fluminense, com vista à geração de externalidades positivas para a sociedade.

3. Políticas Públicas – atividades desenvolvidas

A AgeRio tem como missão fomentar o desenvolvimento sustentável do Estado do Rio de Janeiro em consonância com as diretrizes apontadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Para isso, sua estratégia é baseada em oferecer soluções financeiras completas e adequadas para o apoio a projetos nos mais diversos setores da economia fluminense, gerando emprego, renda e aumento na qualidade de vida da população do estado. Nesse sentido, sua atuação está focada nas seguintes linhas de negócio:

Operações de Crédito com o Setor Privado: financiamentos concedidos a empresas de diversos portes e setores. A AgeRio busca maximizar a utilização dos *fundings* disponíveis e pulverizar o crédito. Com isso, busca diversificar os setores de atuação e ampliar sua presença nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, observando a vocação de cada região e apresentando soluções financeiras para o empresariado local ou que pretenda se instalar no Rio de Janeiro.

Na formação da carteira própria, a AgeRio utiliza recursos próprios e repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), para conceder o apoio financeiro ao investimento com vista à criação, manutenção ou expansão de negócios no âmbito do ERJ.

Com objetivo de aproveitar os potenciais econômicos setoriais e regionais do Estado, a AgeRio possui linhas de financiamento específicas destinadas a projetos, inovação, franquias, eficiência energética, e apoio ao turismo, com recursos próprios e oriundos de terceiros. Os principais produtos direcionados ao setor privado contemplam as microempresas, empresas de pequeno, médio e grande porte, além das empresas nascentes.

Em 2018, as operações de crédito com o setor privado contratadas pela AgeRio totalizaram um montante de R\$ 43,4 milhões, concedidos para micro, pequenas, médias e grandes empresas, sendo 49,49% de operações com recursos da Finep e 50,47% com recursos próprios. Nesse mesmo período foram liberados recursos na ordem de R\$ 41,1 milhões.

Microcrédito Produtivo Orientado (MPO): desenvolvido especialmente para fomentar o acesso ao crédito para pequenos empreendimentos, o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado financiava, originalmente, atividades geradoras de emprego e renda com foco em comunidades pacificadas e por meio das Prefeituras do Estado do Rio de Janeiro que tivessem firmado convênio com a AgeRio. Os recursos iniciais foram oriundos do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado (FEMPO), fundo estadual criado em 2011 e administrado pela AgeRio.

No final de 2017, o Programa de Microcrédito Produtivo e Orientado passou por uma reestruturação de modo a reposicionar a instituição em um ambiente de escassez de *fundings*, em particular, por conta do contingenciamento de recursos provenientes do FEMPO.

O ano de 2018 foi marcado pela retomada das operações no segmento de Microcrédito Produtivo Orientado. O volume de financiamentos concedidos nesse segmento totalizou um montante de R\$ 396 mil ao longo do ano. A captação de clientes se deu predominantemente por meio de parcerias com prefeituras, interiorizando a concessão de crédito para os municípios de Duque de Caxias, Itatiaia, Macaé, Magé, Mangaratiba, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis e Volta Redonda, além dos créditos concedidos para os microempreendedores localizados na capital.

Investimento por meio de Participações: a AgeRio apoia, por meio da aquisição de cotas de fundos de investimentos e de ações ou cotas de empresas, projetos de relevante importância em setores estratégicos para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro e que apresentem potencial de crescimento e geração de lucros, mas que encontram-se em estágio inicial e que não possuem as condições necessárias para obter apoio via crédito.

Em 31 de dezembro de 2018, a carteira de participações da AgeRio apresentava a seguinte composição: 5 fundos ativos, que correspondiam a 33 investimentos, sendo 23 em empresas e 10 em projetos (7 filmes e 3 salas de cinema). O capital integralizado pela AGÊNCIA na carteira de participações é de R\$ 20,48 milhões, nos setores de tecnologias limpas, saúde e ciências da vida, audiovisual e inovações em tecnologia da informação.

No primeiro semestre de 2018, a AgeRio efetivou a venda da única participação direta então existente em seu portfólio, obtendo retorno de 125% sobre o capital originalmente investido na operação.

Setor Público: financiamentos concedidos aos municípios do Rio de Janeiro com o objetivo de viabilizar projetos cuja execução representa um ganho significativo para a população local, promovendo o desenvolvimento regional ao gerar emprego e renda e a melhoria da qualidade de vida dos municípios.

Tais operações são voltadas para projetos de interesse regional, tais como: implantação de infraestrutura; aquisição e modernização de instalações; modernização da máquina arrecadadora; mobilidade urbana; e aquisição de máquinas, equipamentos e veículos para manutenção das cidades.

Nas operações com setor público, a AgeRio utiliza recursos próprios e está apta a atuar como agente repassador do FGTS com financiamento a projetos de saneamento e mobilidade urbana.

Em 31 de dezembro de 2018, a carteira de financiamentos a municípios da AgeRio era da ordem de R\$ 19,3 milhões, apoiando financeiramente 5 municípios do ERJ.

No que tange à prestação de serviços para o ERJ, a AgeRio atua como administradora de 02 (dois) Fundos Estaduais: (i) Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores – FEMPO (anteriormente denominado Fundo de Microcrédito para Empreendedores das Comunidades Pacificadas do Rio de Janeiro - Fundo UPP); e (ii) Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses – FREMF, e como agente financeiro do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES;

Estes Fundos são formados com recursos públicos estaduais e regidos pela regulamentação própria de cada um, conforme segue:

- (i) FREMF: Lei nº 4.534/2005;
- (ii) FUNDES: Decreto-Lei nº 08/1975; Lei Estadual nº 2823/1997; Lei Estadual nº 6.068/2011; dentre outras normas.
- (iii) FEMPO: Lei nº 6.139/2011, alterada pela Lei nº 7.039/2015.

No que se refere à atuação em parceria com o ERJ, a AgeRio participa ativamente das Rodadas de Negócio do Compra Rio, além de feiras e eventos em geral, disponibilizando suas linhas de financiamento como um elemento complementar à estratégia de desenvolvimento sinalizada pelo governo, como, por exemplo, no desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APL).

A partir de 2018, a AgeRio, em conjunto com outros *players* do sistema de fomento nacional (Banco do Brasil, Caixa Econômica e Sebrae) lançou o Rio Em Ação – Agenda Positiva Micro e Pequena Empresa, que tem como objetivo dar orientação financeira e não financeira às MPEs, além de atendimento individualizado aos interessados, por meio de eventos realizados em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Foram realizados, no âmbito do Rio em Ação, eventos nos Municípios do Rio de Janeiro, Volta Redonda, Petrópolis, Três Rios, Cordeiro, Bom Jardim e Cachoeiras de Macacu, contemplando inclusive interessados de outros municípios das regiões, totalizando cerca de 2 mil empresários atendidos. Em 2019 ocorrerá a segunda edição, com previsão de abranger mais cidades em diferentes regiões do Estado.

4. Metas relativas ao desenvolvimento de atividade que atendam aos objetivos das políticas públicas

O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento governamental norteador da gestão pública, indicando regionalmente as diretrizes, objetivos e metas da administração pública. Nesse sentido, devem ser definidos os programas, as ações e os produtos - bens e serviços -

que serão alvo dos esforços do governo no período de quatro anos, tempo de vigência do plano. O Plano Plurianual é o elemento norteador da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Atualmente, encontra-se em vigor o Plano Plurianual (2016-2019) do Estado do Rio de Janeiro, em que constam metas atribuídas a AgeRio como agente financeiro dos fundos estaduais (FEMPO e FREMF), para serem cumpridas ao longo dos quatro anos em que o plano estará em vigor.

Em razão do contingenciamento de recursos do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores (FEMPO) e do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses (FREMF), para atendimento ao disposto no Regime de Recuperação Fiscal, a AgeRio encontra-se impossibilitada de realizar novas operações, nos termos em que foram apresentadas originalmente no Plano Plurianual (2016-2019).

Por outro lado, a partir de 2018, entrou em vigor na AgeRio o seu Planejamento Estratégico para o quinquênio de 2018 a 2022 que, em linha com as diretrizes definidas pelo governo do Estado, redefine a estratégia mercadológica da AgeRio com o objetivo de que a Agência seja reconhecida como um ator financeiro estratégico na promoção do desenvolvimento econômico, social e sustentável do Estado do Rio de Janeiro.

As metas definidas no Plano de Negócios elaborado pela AgeRio para o exercício de 2019 preveem a contratação de operações de crédito na ordem de R\$ 100 milhões, distribuídos da seguinte forma:

Valor em R\$ milhões	
Funding	2019
Recursos Próprios	39
FINEP	36
FGTS	20
Recursos Próprios - Microcrédito	5
Total	100

O Plano de Negócios aprovado pelo Conselho de Administração prevê, ainda, a liberação de recursos para as operações contratadas na ordem de R\$ 75,06 milhões, distribuídos conforme a tabela abaixo:

Valor em R\$ milhões	
Funding	2019
Recursos Próprios	43,26
FINEP	26,80
Recursos Próprios - Microcrédito	5,00
Total	75,06

5. Recursos para custeio das políticas públicas

O Decreto Estadual nº 32.376/02, que institui a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. e dá outras providências, em seu artigo 6º afirma que constituem recursos da AgeRio, para realização de operações de crédito:

- (i) os recursos próprios, do seu capital e decorrentes de lucros auferidos;
- (ii) os recursos, captados no País e no exterior, originários de repasses: de fundos constitucionais; de orçamentos do Poder Público; ou de organismos e instituições nacionais e internacionais de desenvolvimento.

Além de tais fontes, que compõem a carteira própria de créditos da AgeRio, a Agência está habilitada para a utilização de recursos do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores (FEMPO) e do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses (FREMF) para conceder crédito em nome do Estado do Rio de Janeiro, nos termos da legislação pertinente. A carteira formada por essas operações é somente administrada pela AgeRio, sendo o risco de

crédito assumido pelo ERJ. Atualmente, os recursos relativos a esses Fundos foram contingenciados e não estão disponíveis para utilização pela AgeRio. Apesar de estar credenciada e possuir limite de crédito, a AgeRio está momentaneamente impedida de contratar novas operações e receber novos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), em virtude da situação do seu controlador com o referido Banco.

Assim, os recursos de terceiros destinados ao custeio do cumprimento do objeto social da AgeRio para 2019 serão oriundos principalmente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), para operações de crédito de pessoa jurídica do setor privado, e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para operações com o setor público.

6. Dados econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas

Os indicadores utilizados para monitorar o desempenho da administração, de modo a alinhar a tomada de decisão à estratégia da empresa, registraram o seguinte desempenho para o ano de 2018:

Indicadores	Indica	Tipo	Orçado	Real
Rentabilidade sobre o patrimônio líquido	Indica o retorno do investimento para o acionista. (<i>lucro líquido/patrimônio líquido médio</i>)	Quanto maior, melhor	0,62%	0,84%
Lucratividade	Indica o ganho que a organização obtém numa relação entre o seu lucro líquido e a receita líquida total. (<i>lucro líquido/receita líquida</i>)	Quanto maior, melhor	6,58%	8,80%
Cobertura	Expressa a capacidade de cobertura de despesas administrativas e de pessoal com as receitas de prestação de serviços. (<i>receita de serviços/(despesa administrativa + pessoal)</i>)	Quanto maior, melhor	33,62%	37,23%
Eficiência operacional	Indica a eficiência, ou seja, a relação entre as despesas administrativas e de pessoal com o resultado operacional. (<i>(despesas de pessoal + administrativa - PLR)/resultado operacional</i>)	Quanto menor, melhor	830,71%	663,81%

Indicadores	Indica	Tipo	Orçado	Real
Inadimplência	Indica o percentual da carteira de crédito que está em atraso superior a 90 dias. (contratos com parcela em atraso acima de 90 dias /saldo gerador de receita)	Quanto menor, melhor	4,30%	5,11%

Os indicadores *Rentabilidade sobre o patrimônio líquido, Lucratividade, Cobertura e Eficiência operacional* apresentaram um desempenho positivo, quando comparado com o orçado, por conta de um efeito tanto das receitas (acima do esperado) quanto das despesas (abaixo do esperado). O desempenho positivo pelo lado das receitas pode ser explicado pela realização de rendas de financiamento e de tesouraria acima do orçado, por conta principalmente do fato da Taxa Selic ter ficado 0,25p.p. acima do cenário considerado no orçamento, além da receita advinda de venda de participação direta então existente no portfólio da AGÊNCIA com retorno de 125% frente ao capital investido. Quanto às despesas, a execução abaixo do esperado reflete as medidas de ajuste implantadas ao longo do exercício para redução de custos e eliminação de desperdícios.

A *Inadimplência* apresentou, em dezembro/2018, resultado acima do valor esperado, reflexo da concentração da carteira da AgeRio. Quando observada a taxa de inadimplência média no ano, o resultado verificado foi de 3,29%, indicando uma volatilidade do indicador em torno do valor originalmente orçado (4,30%).

No que se refere ao resultado financeiro da AgeRio, as Demonstrações Contábeis Consolidadas relativas a 2018 são publicadas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O lucro líquido de 2018 foi de R\$ 4,0 milhões, 37% maior do que o valor orçado, consubstanciado na geração de receitas originadas da carteira de crédito, tarifas de serviços, prestação de serviços aos fundos estaduais administrados, tesouraria, e também, na ação perseverante de racionalização de gastos da AgeRio.

Indicadores Financeiros	31/12/2018	31/12/2017
Total de Ativos (R\$ Mil)	557.896	565.371
Patrimônio Líquido (R\$ Mil)	472.093	461.028
Resultado Operacional (R\$ Mil)	5.349	31.676
Lucro Líquido (R\$ Mil)	4.012	12.478
Inadimplência	5,11%	1,22%

7. Comentários dos administradores

No ano de 2018, a economia fluminense apresentou sinais de recuperação, mas ainda insuficientes para caracterizar uma retomada substancial do nível de emprego e renda do período anterior à crise econômica. De acordo com estimativas da Firjan, o nível de atividade econômica fluminense se expandiu 1,2% no ano de 2018, puxado principalmente pela indústria de transformação e pela indústria extrativa (petróleo e gás). Portanto, a dinâmica econômica do ERJ vem sendo determinada pelo setor externo da economia, leiam-se: disponibilidade de demanda externa e câmbio desvalorizado, com entraves de natureza interna como: as crises fiscal e de segurança pública.

A dificuldade de retomada dos investimentos públicos em infraestrutura, resultante dos desequilíbrios fiscais crescentes nas contas do Governo do Estado do Rio de Janeiro, impacta diretamente os empregos de trabalhadores menos qualificados, dado que a construção civil é um setor que cria empregos com mais rapidez para os trabalhadores com este perfil, e os custos de transação relacionados à logística, o que desincentiva o investimento dos agentes privados. Com a entrada do Rio de Janeiro no Regime de Recuperação Fiscal, possibilitou-se um fôlego para o fluxo de caixa do ERJ de modo que se mantivesse o nível operacional mínimo para o funcionamento das atividades econômicas da região. Entretanto, ressalta-se a necessidade de reformas estruturais profundas a fim de atingir o equilíbrio dessas contas no longo prazo.

O atual contexto de conjuntura adverso engendra à AgeRio um papel de fomento ao micro e pequeno empresário, cuja capacidade de geração de empregos é alta, principalmente em municípios do interior, mas que encontram dificuldades na obtenção de crédito no mercado privado. As atividades de serviços induzidas pelas atividades industriais mais tradicionais e de maior valor adicionado também devem ser estimuladas de modo que se aprofunde o ciclo virtuoso de desenvolvimento. A AgeRio, em 2018, registrou um crescimento de 31,89% nas operações com micro e pequenos empresários com relação ao exercício anterior, o que está fortemente alinhado à sua estratégia de longo prazo de priorização de negócios com esse segmento a fim pulverizar sua carteira de crédito.

O significativo número de trabalhadores que migraram para o desemprego disponibilizou um contingente substancial de pessoas dotadas de veículo próprio ocioso, gerando a possibilidade de trabalharem como motoristas de aplicativos. Neste contexto, em 2018, a AgeRio retomou o financiamento por meio do microcrédito em parceria com prefeituras, além de realizar uma ação estratégica específica de apoio aos motoristas de aplicativo e de taxistas.

No que se refere às oportunidades existentes no ERJ, é válido ressaltar que contamos com disponibilidade de mão-de-obra qualificada formada ano a ano – dada a significativa quantidade de *campi* de institutos e universidades federais – e de *players* relevantes para a pesquisa e desenvolvimento de tecnologia, localizados em seu território. Entretanto, a inovação, no atual contexto, exige transformações mais profundas nos processos de negócio, o que leva à necessidade de investimento em modernização da infraestrutura das empresas. Neste sentido, o papel da AgeRio se dá por meio da linha de financiamento associado a recursos da Finep, hoje o principal *funding* de terceiros utilizado pela instituição e que tem como mote o apoio a projetos de inovação em empresas.

Além disso, a transformação digital gera a necessidade de transformações internas na AgeRio, o que levou à estruturação do Projeto AgeRio Digital, com vista à simplificação dos processos internos a fim de gerar economias pecuniárias e de tempo; além da reformulação dos processos de negócio, o que levou à redução de 51,35% no tempo médio para concessão do crédito entre o 1º e 2º semestres do ano de 2018.

Por fim, em atendimento à Lei 13.303/2016, a AgeRio desenvolveu uma série de documentos normativos de modo a se formalizar institucionalmente práticas já adotadas e com vista a um maior fortalecimento de sua governança corporativa, tais como: a

reformulação do seu Estatuto Social; a elaboração de políticas de (i) divulgação de informações, (ii) segurança da informação e (iii) transações com partes relacionadas; a criação de um regulamento de licitações; a constituição de instrumentos de prestação de contas (como esta Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa).

8. Estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos

Em 2018, a AGÊNCIA aprovou em Assembleia a reforma de seu Estatuto Social, contemplando, entre outras alterações, a instituição da Diretoria de Controladoria e Riscos como diretoria estatutária.

Além disso, em linha com as diretrizes da Lei 13.303 (Lei das Estatais) foi instituído o Comitê Estatutário de Auditoria (COAUD), órgão colegiado composto por três membros independentes, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração e tem por objetivo avaliar as práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras/contábeis, as atividades de auditoria interna, independente e controle interno, a qualidade e eficácia do sistema de controle interno e de gerenciamento de risco, bem como o cumprimento das recomendações formuladas pelos órgãos de controle interno e externo. Tais iniciativas vêm reforçar a estrutura de governança da instituição, além de alinhá-la às boas práticas do mercado.

A AgeRio conta ainda com uma unidade segregada, vinculada diretamente à Diretoria de Controladoria e Riscos, e atua com independência, imparcialidade e isenção na gestão dos controles internos, do padrão normativo e da conformidade (*compliance*) com as leis, com os atos normativos regulatórios externos e com normativos internos, aplicáveis às instituições financeiras e ao seu negócio.

A estrutura de gerenciamento de riscos da AgeRio considera os princípios básicos aplicados a gestão de riscos, as recomendações dos supervisores, reguladores e as práticas de mercado e compreende a existência de normas, sistemas, rotinas e procedimentos que permitem identificar, mensurar, controlar, mitigar e reportar a exposição aos riscos de forma contínua e integrada. Essa estrutura é composta pelos seguintes colegiados e unidades gerenciais: Conselho de Administração; Diretoria Executiva; Comitê Interno de Gestão de Riscos e de Capital, Diretoria de Controladoria e Riscos; Superintendência de Riscos Corporativos; e Gerência Executiva de Riscos Corporativos.

A Política de gerenciamento de riscos da AGÊNCIA está alinhada à Resolução do CMN nº 4.557/2017 e compreende um conjunto de princípios, diretrizes e responsabilidades para o adequado funcionamento da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado dos riscos observadas a natureza e complexidade das operações, atividades e processos da instituição, bem como a relevância da exposição aos riscos definidos na Declaração de Appetite por Riscos (RAS).

As atividades de gerenciamento de risco são executadas por unidade específica, segregada das unidades de negócio e da auditoria interna.

9. Fatores de risco

Para desempenhar a sua missão e alcançar os objetivos, dispostos no planejamento estratégico, a AgeRio está exposta a diferentes tipos de riscos, que são inerentes às atividades de uma instituição financeira não bancária, devendo, portanto, definir os níveis aceitáveis de riscos que deseja incorrer na Declaração de Appetite a Riscos (RAS), bem como estabelecer os controles para sua identificação, mensuração, mitigação, acompanhamento e reporte, além de geri-los por meio de processos específicos que enfatizem a integridade, a efetividade, a prudência e a responsabilidade pública.

Neste sentido, compete à instituição, um gerenciamento adequado dos riscos de natureza financeira (risco de crédito, de mercado e de liquidez), não financeira (risco operacional, de *compliance* e legal) e transversal (risco reputacional e estratégico).

O gerenciamento de risco de crédito é realizado por meio da análise do risco do tomador, do projeto, da operação, bem como das garantias oferecidas. O acompanhamento mensal da carteira de crédito considera os principais indicadores de risco de crédito, como a evolução do saldo da carteira de crédito, segmentação por nível de risco, porte de faturamento, setor de atividade econômica, tipo de garantias, dentre outros, evolução do nível de provisionamento, concentração, inadimplência, prejuízo, dentre outras informações, reportados através de relatório mensal submetido à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

Como mecanismo de proteção mitigação de risco de crédito são exigidas garantias que cubram a operação, em percentuais que variam entre 100% (cem por cento) e 130% (cento e trinta por cento) do valor emprestado. Também são utilizados fundos garantidores, como FGO, FGI e FAMPE para composição de garantias.

No que se refere ao risco de mercado, a AgeRio dispõe de regras para limite máximo de alocação de recursos – o limite de exposição ao risco de mercado é de R\$ 30 milhões ou de 0,5 (cinco décimos) do Patrimônio de Referência (PR). Entretanto, hoje a AgeRio não possui operações classificadas na carteira de negociação (*trading book*), não estando exposta, portanto, ao risco de mercado.

Com respeito ao risco de liquidez, a AgeRio dispõe de regras para limite mínimo de disponibilidade de liquidez – o limite mínimo exigido de manutenção de fundo de liquidez equivale a 10% (dez por cento) do valor das obrigações da Agência, aplicados em títulos públicos federais.

10. Políticas e práticas de governança corporativa

A AgeRio estabelece, em seu Estatuto Social e em normativos internos, a sua Estrutura de Governança, que é composta pelas seguintes instâncias: Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Auditoria Independente, Auditoria Interna, Comitês, Regime de Alçadas, Gerenciamento de Risco e Controle Interno.

No Estatuto Social da AgeRio estão definidos os comitês: de Crédito e Renegociação, de Compras e Contratações, de Ética, de Investimentos, de Auditoria e de Elegibilidade e Remuneração, os dois últimos instituídos no exercício de 2018, que possuem regimes de alçadas e regimentos internos aprovados pelo Conselho de Administração. As decisões são tomadas de forma colegiada e transparente, visando garantir a conformidade dos processos. Além dos comitês estatutários, a AgeRio possui os seguintes comitês: de Atividades Jurídicas de Contencioso, de Comunicação de Marketing, de Gestão de Risco e de Capital e de Tecnologia da Informação.

A Estrutura de Governança Corporativa da AgeRio busca garantir o alinhamento entre os objetivos estratégicos da instituição e a sua missão, visão e valores. São estabelecidos e garantidos direcionamentos claros de responsabilidade e autoridade, por meio de políticas, normas e procedimentos internos, de modo a assegurar que os órgãos de administração respondam pelo desempenho da instituição, que haja limites claros de autoridade e responsabilidade em toda a estrutura gerencial, que todos conheçam esses limites e que o regime de alçadas seja cumprido.

11. Remuneração da administração e dos membros do colegiado

A AgeRio conta com uma política de remuneração de administradores que estabelece os critérios, parâmetros, processos e formas de remuneração da Diretoria Executiva, cuja

aprovação é competência da Assembleia Geral, em conformidade com o seu Estatuto Social e com a regulamentação vigente.

No que se refere à remuneração do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, assim como a remuneração do Conselho de Administração, estes possuem os seus critérios definidos no Estatuto Social da AgeRio.

A remuneração do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e da Diretoria Executiva totalizou o montante, com referência ao ano de 2018, descrito na tabela abaixo:

	Proventos	Descontos	Rendimento Líquido
Conselho de Administração	R\$ 253.592,00	R\$ 21.422,37	R\$ 232.169,63
Conselho Fiscal	R\$ 175.099,10	R\$ 5.601,00	R\$ 169.498,10
Comitê de Auditoria	R\$ 24.151,60	R\$ 3.510,20	R\$ 20.641,40
Diretoria Executiva	R\$ 1.140.785,86	R\$ 286.505,51	R\$ 854.280,35

12. Conclusão

O presente documento explicita os compromissos de consecução de objetivos das políticas públicas pela AgeRio, bem como as atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração, conforme determina o art. 8º, inciso I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, e com art.12, inciso I e VIII, do Decreto Estadual 46.188, de 06 de dezembro de 2017.